

Demonstrações Financeiras

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Mauricio Mitio Yuhara', is written over a faint circular stamp or watermark.

Maurício Mitio Yuhara
Contador CRC SP-260523/O

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.627	39.528
Clientes	6	6.317	6.768
Despesas antecipadas	7	810	788
Tributos a recuperar	8	745	2.007
Outros créditos	9	25	2.715
Total do ativo circulante		23.524	51.806
Não circulante			
Intangível	10	630.881	610.306
Direito de uso	-	-	126
Total do ativo não circulante		630.881	610.432
Total do ativo		654.405	662.238
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	3.112	22.332
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	7.250	8.487
Obrigações sociais e trabalhistas	13	1.862	1.710
Empréstimos e financiamentos	15	10.485	4.823
Partes relacionadas	16	599	115
Arrendamento a pagar	-	-	119
Outras contas a pagar	-	206	130
Total do passivo circulante		23.514	37.716
Não circulante			
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	7.708	12.567
Provisão para demandas judiciais	14	106	96
Impostos diferidos	12	23.615	22.352
Dividendos a pagar	17.c	6.102	5.512
Empréstimos e financiamentos	15	385.756	377.655
Partes relacionadas	16	49.971	50.601
Total do passivo não circulante		473.258	468.783
Patrimônio líquido			
Capital social	17.a	134.935	134.935
Reserva legal	17.b	4.391	4.267
Reserva de lucros	17.c	18.307	16.537
Total do passivo e patrimônio líquido		654.405	662.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	18	133.970	196.252
Custo dos serviços prestados	19.a	(67.388)	(146.034)
Lucro bruto		66.582	50.218
Despesas operacionais	19.b	(17.462)	(9.558)
Despesas gerais e administrativas	19.c	(1.739)	(1.150)
Outras receitas líquidas		274	641
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		47.655	40.151
Receitas financeiras	20	3.065	1.865
Despesas financeiras	20	(46.973)	(6.217)
Resultado financeiro		(43.908)	(4.352)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.747	35.799
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	12	-	-
Diferidos	12	(1.263)	(12.590)
		(1.263)	(12.590)
Lucro líquido do exercício		2.484	23.209
Lucro básico por ação (em R\$)		0,02	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	2.484	23.209
Resultado abrangente do exercício	2.484	23.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		134.935	(69.610)	3.107	40.990	3.601	113.023
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.209	-	23.209
Destinação para reserva legal	17.b	-	-	1.160	(1.160)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.c	-	-	-	(5.512)	-	(5.512)
Integralização dos dividendos no capital social	17.a	-	14.760	-	-	-	14.760
Destinação para reserva de incentivos fiscais	17.a	-	54.850	-	(40.990)	(3.601)	10.259
Saldos em 31 de dezembro de 2024		134.935	-	4.267	16.537	-	155.739
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.484	-	2.484
Destinação para reserva legal	17.b	-	-	124	(124)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.c	-	-	-	(590)	-	(590)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		134.935	-	4.391	18.307	-	157.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.747	35.799
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	15.278	2.956
Amortização de ativo direito de uso	126	164
Baixa de intangível	-	42
Impostos diferidos	-	382
Provisão para demandas judiciais	10	46
Encargos sobre direito de uso	-	(12)
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.704	1.079
Encargos sobre empréstimos e financiamento	28.243	-
Atualização monetária sobre empréstimos	11.145	-
	60.253	40.456
Decréscimo/(acrécimo) em ativos:		
Clientes	(1.253)	(1.822)
Tributos a recuperar	1.262	1.782
Despesas antecipadas	(22)	448
Outros créditos	2.690	12.865
(Decréscimo)/acrécimo em passivos:		
Fornecedores	(19.220)	(15.026)
Obrigações sociais e trabalhistas	152	(569)
Impostos pagos no exercício	(183)	(966)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(5.913)	(488)
Outras contas a pagar	76	(1.030)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	37.842	35.650
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(24.980)	(98.773)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(24.980)	(98.773)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	10.259
Pagamentos de arrendamentos	(119)	(150)
Liberações de recursos de financiamento	-	26.226
Amortização de empréstimos	(8.676)	(1.289)
Partes relacionadas	(146)	50.716
Juros pagos	(27.822)	(1.372)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(36.763)	84.390
Aumento/(Redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(23.901)	21.267
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.528	18.261
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.627	39.528
Aumento/(Redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(23.901)	21.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A. (“Companhia”) foi constituída em 25 de junho de 2019, e tem por objeto social a administração, manutenção, conservação, e exploração comercial de aeroportos, a exploração de estacionamentos e a execução de todas as atividades necessárias para o fiel desempenho das atividades exigidas pelo contrato de concessão firmado com a Agência Nacional de Aviação - ANAC para a ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco Centro Oeste: (i) Marechal Rondon - Cuiabá (SBCY), (ii) Maestro Marinho Franco - Rondonópolis (SBRD), (iii) Piloto Osvaldo Marques Dias - Alta Floresta (SBAT) e (iv) Aeroporto João Batista - Sinop (SWSI). A sede da Companhia fica localizada na Avenida Governador João Ponce de Arruda - lote Jardim Aeroporto - s/n Sala A Aeroporto - Centro Sul, cidade de Várzea Grande no estado do Mato Grosso, e data final do contrato de concessão com a Agência Nacional de Aviação - ANAC é até o dia 3 de setembro de 2019 com eficácia para 4 de outubro de 2049.

A conclusão e emissão dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de março de 2026.

1.1 Reconciliação do capital circulante líquido

A Administração efetuou a avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração destas informações anuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o capital circulante líquido positivo de R\$10 (R\$14.090 positivo em 31 de dezembro de 2024). A Companhia avaliou seus fluxos de caixa futuros e está convicta que nos próximos exercícios como ocorreu em 2025, haverá evolução ainda mais positiva em seu capital circulante líquido.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação--Continuação

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("Moeda funcional").

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, da Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros--Continuação*

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

ii) *Passivos financeiros--Continuação*

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, ademais o total do ativo intangível em 31 de dezembro de 2025 é de R\$630.881 e está apresentado na Nota Explicativa nº 10.

A companhia realizou análise de *impairment* e não foi identificado indícios e nem ajustes a serem considerados.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente "AVP" de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

e) Caixas e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

f) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado ou pela venda de mercadoria no decurso normal das atividades da Companhia, sendo classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente deduzidas de provisão para perdas de crédito esperadas, uma provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou recuperação judicial e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

g) Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. São classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

h) Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

i) Contrato de Concessão

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

j) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

<u>Data efetiva</u>	<u>Novas normas ou alterações</u>
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

k) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Data efetiva	Normas emitidas, mas não vigentes
1º de janeiro de 2027	<p><i>IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:</i></p> <p>Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.</p> <p>No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregateadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.</p>
1º de janeiro de 2027	<p><i>IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:</i></p> <p>Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p>
1º de janeiro de 2026	<p><i>Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:</i></p> <p>Em maio de 2024, o <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – <i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments</i> (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.</p>

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

k) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

<u>Data efetiva</u>	<u>Normas emitidas, mas não vigentes</u>
1º de janeiro de 2026	<p><i>Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:</i> Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.</p>
1º de janeiro de 2026	<p><i>Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais</i> Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:</p> <ul style="list-style-type: none">• Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.• Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.• Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. <p>As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não rerepresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.</p>

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Administração da Companhia estabelece estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Ademais, no contrato é previsto que quando ocorrido a extinção da concessão, todos os ativos retornem para o poder concedente automaticamente, visto que são denominados bens reversíveis. Essa determinação é prevista no contrato de concessão que foi firmado em 3 de setembro de 2019 com vigência até 4 de outubro de 2049. Os ativos são: (i) máquinas e equipamentos, tais como escadas para embarques e desembarques; (ii) outras instalações; e (iii) direito de uso dos espaços dos aeroportos.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Assim, o valor justo dos contratos das concessões é mensurado no reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Maiores detalhes, veja por favor a Nota Explicativa nº 10.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão e valor remanescente a receber

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão, pois 100% dos ativos serão retornados.

Não é prevista nenhuma remuneração na extinção do contrato de concessão da exploração da infraestrutura razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Até 31 de dezembro de 2025 não havia nenhum passivo não registrado na Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	6	26
Aplicação automática (a)	15.621	39.502
	15.627	39.528

a) A Companhia possui aplicação financeira no Banco Itaú e Banco Santander, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 98% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 98% a 100% do CDI para 2025 e 2024 (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Clientes	12.342	11.089
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(6.025)</u>	<u>(4.321)</u>
	<u>6.317</u>	<u>6.768</u>

A abertura do contas a receber de clientes por idade (*aging list*) pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	5.112	6.527
Vencidos		
Até 30 dias	305	284
De 31 a 90 dias	731	413
De 91 a 180 dias	1.037	426
De 181 a 360 dias	1.275	570
Acima de 361 dias	<u>3.882</u>	<u>2.869</u>
	<u>12.342</u>	<u>11.089</u>

Abaixo demonstramos o movimento nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa sobre contas a receber e ativos de contrato:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Em 1 de janeiro	(4.321)	(3.242)
Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(1.897)</u>	<u>(1.236)</u>
Reversão das perdas de crédito esperadas	193	157
Em 31 de dezembro	<u>(6.025)</u>	<u>(4.321)</u>

7. Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos relativos as despesas antecipadas estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Seguro patrimonial	50	452
Seguro garantia	475	162
Seguro outros	278	169
Outras despesas a apropriar	7	5
	<u>810</u>	<u>788</u>

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre aplicações financeiras	426	92
INSS a compensar – 2021	136	136
IRPJ e CSLL saldo negativo – 2025	183	-
IRPJ e CSLL saldo negativo – 2024	-	966
IRPJ e CSLL saldo negativo – 2023	-	813
	745	2.007

9. Outros créditos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de fornecedores	-	2.672
Outros adiantamentos	25	43
	25	2.715

10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os principais valores registrados no momento da emissão dessa demonstração financeira são:

- Contrato de concessão no montante de R\$40.361 o qual será amortizado em 30 anos conforme contrato de concessão efetivado até 4 de outubro de 2049.
- Viabilidade técnica de concessão de R\$18.501 o qual será amortizado em 30 anos conforme contrato de concessão efetivado até 4 de outubro de 2049.

Todos os valores são definidos em contratos e não há cláusulas restritivas para eles e, até final do exercício de 2025, as amortizações não foram iniciadas.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

	Taxas médias anuais de amortização %	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025
Custos									
Benfeitorias	4,21	-	-	-	-	-	-	366.221	366.221
Hardwares	20	15	-	-	-	15	-	-	15
Veículos	25	320	-	-	-	320	-	-	320
Máquinas e equipamentos	10	3.241	5	-	9.321	12.567	21	-	12.588
Equipamentos de informática	10	2.640	-	-	1.829	4.469	-	-	4.469
Móveis, utensílios e instalações	20	813	-	-	1.782	2.595	-	-	2.595
Outorga contratual (*)	3	18.501	-	-	-	18.501	-	-	18.501
Contrato de concessão	3	40.361	-	-	-	40.361	-	-	40.361
Construção em andamento (**)		380.483	98.768	(42)	(12.932)	466.277	24.959	(288.103)	203.133
Encargos financeiros--Obras (***)		32.002	46.116	-	-	78.118	10.873	(78.118)	10.873
Total custos		478.376	144.889	(42)	-	623.223	35.853	-	659.076
Amortização									
Benfeitorias		-	-	-	-	-	(10.987)	-	(10.987)
Hardwares		(8)	(2)	-	-	(10)	(1)	-	(11)
Veículos		(245)	(75)	-	-	(320)	-	-	(320)
Máquinas e equipamentos		(392)	(327)	-	-	(719)	(1.248)	-	(1.967)
Equipamentos de informática		(1.042)	(508)	-	-	(1.550)	(820)	-	(2.370)
Móveis, utensílios e instalações		(73)	(78)	-	-	(151)	(256)	-	(407)
Outorga contratual		(2.485)	(621)	-	-	(3.106)	(621)	-	(3.727)
Contrato de concessão		(5.716)	(1.345)	-	-	(7.061)	(1.345)	-	(8.406)
Total amortização		(9.961)	(2.956)	-	-	(12.917)	(15.278)	-	(28.195)
Total líquido		468.415	141.933	(42)	-	610.306	20.575	-	630.881

(*) A amortização dos ativos intangíveis é registrada conforme interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e são amortizados pelo método linear. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2025 é de 3,333%.

(**) Os gastos com construção, visam à ampliação e adequação à infraestrutura aeroportuárias para oferecer maior comodidade e melhoria nos serviços aos usuários, em consonância aos objetivos do PEA (plano de exploração aeroportuária).

(***) Os juros sobre empréstimos são registrados conforme interpretação técnica CPC 20 e serão capitalizados como parte da obra até a entrega total da Obra, que está prevista para conclusão no primeiro semestre de 2026.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

O saldo refere-se substancialmente a compra de materiais e serviços destinados à operação da Companhia:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Materiais e serviços	2.821	22.003
Seguradoras	291	329
	<u>3.112</u>	<u>22.332</u>

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pis e Cofins	295	580
Imposto sobre serviço	179	290
Parcelamento de impostos federais	10.925	15.248
Parcelamento de impostos previdenciários	3.174	4.556
Impostos retidos na fonte	385	380
	<u>14.958</u>	<u>21.054</u>
Circulante	7.250	8.487
Não circulante	7.708	12.567

A abertura dos impostos, taxas e contribuições a recolher por vencimento pode ser assim demonstrada:

	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>Total</u>
Não Circulante	3.602	2.241	1.865	7.708
	<u>3.602</u>	<u>2.241</u>	<u>1.865</u>	<u>7.708</u>

Impostos de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher--Continuação

Impostos de renda e contribuição social corrente--Continuação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.747	35.799
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíq. Vigentes	(1.274)	(12.172)
Diferenças permanentes	(13)	(474)
Diferenças temporárias	-	56
(-) Limite de isenção do imposto de renda (10% de R\$240)	24	-
	<hr/>	<hr/>
Despesa com imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício – corrente e diferido	(1.263)	(12.590)
Alíquota efetiva	33,71%	35,17%

Impostos de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Juros dos empréstimos	10.873	46.116
Diferenças temporárias	(7.158)	(9.086)
Total	3.715	37.030
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto diferido variação do resultado	1.263	12.590
Saldo inicial do imposto diferido - passivo	22.352	9.762
Saldo final do imposto diferido – passivo	23.615	22.352

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e ordenados a pagar	514	453
INSS a recolher	204	199
FGTS a recolher	71	67
IRRF a recolher	141	105
Provisão de férias e 13º salário e encargos	932	886
	<hr/> 1.862 <hr/>	<hr/> 1.710 <hr/>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 179 colaboradores (183 colaboradores em 2024).

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para demandas judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Contingência processos cíveis e administrativos	106	30
Contingência trabalhista	-	66
	106	96

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem processos não registrados em suas provisões para demandas judiciais por estimar a probabilidade de perda como possível com base na avaliação de seus consultores jurídicos no montante de R\$ 85.456, sendo de processos administrativos no valor de R\$ 56.362, cível R\$5.484, trabalhista R\$846 e tributário de R\$22.764 (R\$ 85.064 em 2024).

15. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (*)	386.699	369.841
Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME	9.542	12.637
	396.241	382.478
Circulante	10.485	4.823
Não circulante	385.756	377.655

(*) Corresponde a taxa composta: (i) pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor IPCA, calculado *pro rata temporis*, (ii) pela taxa de juros prefixada de 5,19% ao ano e (iii) pelo Spread do BNDES de 3,23% ao ano. O principal da dívida decorrente deste financiamento deve ser pago ao BNDES em 265 prestações mensais e sucessivas.

Objetivo do financiamento e *Covenants*

Essa modalidade de empréstimo tem por objetivo financiar os investimentos destinados à ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos do Centro-Oeste, bem como, pagamento de Contribuição inicial, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Poder Concedente. Essas operações possuem cláusulas restritivas (*covenants*) referente ao ano fiscal anterior ao da apuração, tendo como base as demonstrações financeiras auditadas referente ao ano fiscal de 2025 e, durante a totalidade do qual tenha havido amortização de principal da dívida junto ao BNDES: (i) índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) em valor superior ou igual a 1,4 (um inteiro e quatro décimos); e (ii) patrimônio líquido / ativo total maior ou igual a 20%, calculados de acordo com a fórmula prevista no inciso XXII da cláusula décima.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Objetivo do financiamento e Covenants--Continuação

Recalculo índice "ICSD"		
Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	47.655	40.151
Amortização e depreciação	15.278	2.956
IRPJ e CSLL pagos	(183)	(12.590)
(A) EBTIDA	62.750	30.517
(B) Amortização de principal e juros	(36.498)	(2.661)
ICSD		
>= 1,40 = (A) / (B)	1,72	11,47

A Cédula de crédito bancário (FINAME) com emissão em 11/01/2024 no valor de R\$13.926 junto ao Banco do Brasil, destinado para aquisição de esteiras de bagagens dos aeroportos da concessionária. Sobre o saldo devedor incidirá juros que serão calculados pela composição da Taxa de Longo Prazo-TLP e Spread 1,15% + Del Credere 3,25%, sendo os juros amortizados mensalmente. O primeiro pagamento ocorreu em 15/08/2024.

O financiamento será pago em 54 parcelas, com vencimento final em 15/01/2029. Em alienação fiduciária, estão os bens adquiridos e que estão em posse de concessionária.

a) Movimentação de empréstimos:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro	382.478	312.797
(+) Novos contratos	-	26.226
(+) Encargos financeiros s/ empréstimos e financiamento - intangível	10.873	46.116
(+) Atualização monetária s/ empréstimos	11.145	-
(+) Encargos sobre empréstimos e financiamentos	28.243	-
(-) Amortização de empréstimos	(8.676)	(1.289)
(-) Juros pagos	(27.822)	(1.372)
	396.241	382.478

Cronograma de vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos dos financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2025:

	2026	2027	2028	2029	2030 à 2049	Total
BNDES	7.390	8.200	9.099	10.096	351.914	386.699
FINAME	3.095	3.095	3.095	257	-	9.542
	10.485	11.295	12.194	10.353	351.914	396.241

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda. (a)	44.973	45.119
Sinart – Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico	5.597	5.597
	50.570	50.716
Circulante	599	115
Não circulante	49.971	50.601

(a) Representam operações para suprimento de caixa em conta corrente com os acionistas sem data de vencimento determinada e sem encargos financeiros.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$134.935 e está representado por 134.935.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que das 134.935.000 ações emitidas pela Companhia, 69.610.000 ações que estavam a integralizar em 31 de dezembro de 2023. Em 2024, as ações foram integralizadas mediante, R\$ 40.990 de reservas de lucros, R\$3.601 de reservas de incentivos fiscais, R\$14.760 de lucros a distribuir e R\$10.259 de aportes das sócias. Conforme aprovado em Ata de assembleia geral extraordinária “AGE” realizada em 31 de julho de 2024. As ações estão assim distribuídas:

Sócios	2025 e 2024	
	Ações	Participação
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	114.695	85%
Sinart – Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico	20.240	15%
	134.935	100%

b) Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no Art. 193 da Lei nº 6.404/76, sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o exercício.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos mínimos obrigatórios--Continuação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	2.484	23.209
Constituição de reserva legal - 5%	(124)	(1.160)
Lucro após a constituição da reserva legal	2.360	22.049
Dividendos propostos - 25%	(590)	(5.512)
Constituição reserva de lucros	(1.770)	(16.537)

d) Reservas de Incentivos Fiscais – Subvenção Governamental

A Companhia goza de subvenção atrelada aos incentivos de IRPJ concedidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional – Superintendência do Desenvolvimento Da Amazonia (SUDAM) – Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (SIEF) de acordo com o laudo constitutivo nº 112/2021.

Tais incentivos têm prazo de validade até 31/12/2030 por estarem na área de atuação da SUDAM para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrados em setores da economia considerados em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, no qual terão direito a redução de até 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda e adicionais calculados pelo lucro da exploração.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não destinou valor para reserva de incentivos fiscais.

18. Receita líquida

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita da operação	125.066	112.994
Receita bruta	125.066	112.994
Serviços cancelados	(425)	(1.092)
COFINS (7,60%)	(9.491)	(8.557)
PIS (1,65%)	(2.061)	(1.858)
ISS (2% a 5%)	(4.078)	(4.003)
Deduções da receita bruta	(16.055)	(15.510)
Receita de construção (i)	24.959	98.768
Receita líquida	133.970	196.252

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita líquida--Continuação

- (a) A receita de construção sob a ICPC 01 (Contratos de Concessão) é reconhecida pela concessionária à medida que os serviços de construção ou melhoria da infraestrutura pública são realizados, utilizando o método de porcentagem de conclusão. O valor gasto nas obras gera receitas e custos no resultado e a contrapartida é um ativo intangível.

19. Custos e despesas operacionais, gerais e administrativas - por natureza

A composição dos custos dos serviços, despesas administrativas e comerciais estão demonstradas a seguir:

a) Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(12.950)	(13.406)
Serviços de terceiros (i)	(27.887)	(30.960)
Seguros	(843)	(1.081)
QMCL - Quota de manutenção, conservação e limpeza (ii)	1.071	336
Conservação e manutenção	(1.134)	(1.592)
Outros custos (iii)	(686)	(563)
Custo de construção (iv)	(24.959)	(98.768)
	<u>(67.388)</u>	<u>(146.034)</u>

- (i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.
- (ii) O QMCL é o ressarcimento realizado pelos locatários referente aos gastos com manutenção, conservação e limpeza de acordo com o espaço contratado do terminal.
- (iii) Outros custos são compostos por impostos sobre receita financeira, contribuições sindicais, impostos prediais entre outros impostos.
- (iv) O custo de construção sob a ICPC 01 (Contratos de Concessão) é reconhecida pela concessionária à medida que os serviços de construção ou melhoria da infraestrutura pública são realizados, utilizando o método de porcentagem de conclusão. O valor gasto nas obras gera receitas e custos no resultado e a contrapartida é um ativo intangível.

b) Despesas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depreciações e amortizações	(15.278)	(2.956)
Amortização de direito de uso	(138)	(164)
Crédito de tributos federais	1.179	240
Locação de imóveis e máquinas	(533)	(730)
Escritório e informática operacionais	(269)	(339)
Veículos	(1.260)	(1.137)
Viagens e representações	(445)	(757)
Gastos com refeições – Obras	-	(413)
Multas e infrações	-	(1.198)
Outros custos e despesas operacionais	(718)	(2.104)
	<u>(17.462)</u>	<u>(9.558)</u>

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos e despesas operacionais, gerais e administrativas - por natureza-- Continuação

c) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Anúncios e publicidades	(25)	(25)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.704)	(1.079)
Provisão de contingências	(10)	(46)
	<u>(1.739)</u>	<u>(1.150)</u>

20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.422	1.119
Descontos obtidos	-	9
Juros recebidos	689	453
Outras receitas financeiras	(46)	284
	<u>3.065</u>	<u>1.865</u>
Despesas financeiras:		
Atualização monetária obrigações fiscais	(4.378)	(4.356)
Atualização monetária empréstimos	(11.145)	-
Impostos e taxas sobre operações financeiras	(4)	(251)
Descontos concedidos	(256)	(13)
Juros pagos	(27.822)	(1.372)
Outras despesas financeiras	(3.368)	(225)
	<u>(46.973)</u>	<u>(6.217)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(43.908)</u>	<u>(4.352)</u>

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

A SPE Aeroeste, administra seu capital, para assegurar que as entidades que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa remunerados à taxa média ponderada de até 98% do CDI.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

	Classificação	2025		2024	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativos					
Caixa e bancos (i)	Custo amortizado	6	6	26	26
Aplicações financeiras (i)	Valor justo por meio de resultado	15.621	15.621	39.502	39.502
Clientes (ii)	Custo amortizado	6.317	6.317	6.768	6.768
Passivos					
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	3.112	3.112	22.332	22.332
Empréstimos (iii)	Custo amortizado	396.241	396.241	382.478	382.478

(i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(iii) Os empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros, cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento, conforme intenção da Administração.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras. Na Companhia as concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta Socicam Infraestrutura e Participações Ltda., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros, cuja à cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma:

- a) Seguro garantia R\$ 118.750;
- b) Seguro de responsabilidade civil R\$5.000;
- c) Seguros materiais, patrimoniais e prediais R\$120.415; e
- d) Seguro de responsabilidade civil – hangar R\$100.000.

23. Transações que não afetam o caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia teve transações que não representam desembolsos de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa, conforme abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Movimentação arrendamento (CPC 06 - R2)	24	13
Imobilizado – Direito de uso de arrendamento	126	152
Arrendamentos	(150)	(165)
Adições de intangível – Capitalização de juros	10.873	46.116
Dividendos a pagar	(590)	(5.512)

SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Membros da Administração

Marco Antônio Migliorini
Diretor Presidente

Alexander Cerqueira Silva
Diretor

Eduardo Buzam Júnior
Contador
CRC-1SP243887/O-3